

PARA OPERAR O URBANO POR DENTRO É PRECISO UMA BOA DOSE DE PAISAGEM¹

TO OPERATE THE URBAN FROM THE INSIDE
A GOOD DOSE OF LANDSCAPE IS NEEDED

Gianluca Mascali Perseu² e Daniele Caron³

Resumo

Procuramos, com este artigo, ensaiar como a paisagem, enquanto categoria de apreensão do mundo em que vivemos, pode ser uma ferramenta política, na medida em que expressa diferentes formas de vida que compõem o mundo social. Desta forma, desenvolvemos uma discussão acerca do conceito, passando de algumas acepções encontradas no senso comum a uma discussão do conceito acadêmico de paisagem. A partir daí, procuramos tomar posição em meio às múltiplas formas de trabalho com a paisagem na contemporaneidade. Procuramos, enfim, e por meio de uma discussão acerca da configuração de imagens hegemônicas para as paisagens de orla de Porto Alegre/RS, estender a discussão ao campo do planejamento urbano e regional, defendendo uma abordagem política da paisagem como uma possibilidade de desnaturalizar a produção macropolítica, dominante e excludente da cidade por meio da visibilização e autorização discursiva de outras formas de existência no território.

Palavras-chave: paisagem, política, planejamento urbano, orlas urbanas, Porto Alegre.

Abstract

With this article, we try to rehearse how the landscape, as a category of apprehension of the world we live in, can be a political tool, insofar as it expresses different forms of life that compose the social world. In this way, we developed a (brief) discussion on the concept, going from common sense to a discussion of the academic concept of landscape. From there, we seek to take position amid the multiple ways of working with the landscape in current times. Finally, and through a discussion about the configuration of hegemonic images for the coastal landscapes of Porto Alegre/RS, we seek to extend the discussion to the field of urban and regional planning, defending a phenomenological approach to the landscape as a possibility to denaturalize the macropolitical, dominant and exclusionary production of the city through the visibility and discursive authorization of other forms of existence in the territory.

Keywords: landscape, phenomenology, urban planning, urban edges, Porto Alegre.

¹ Este trabalho é fruto da dissertação de mestrado de Gianluca Mascali Perseu intitulada “Cidade, Modos de Postar: paisagens de orla de Porto Alegre em narrativas *online* no século XXI”, desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional (PROPUR) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), com a orientação da Profa. Dra. Daniele Caron.

² Arquiteto e Urbanista (UniRitter), Especialista em Gestão de Projetos e Obras (UniRitter) e Mestre em Planejamento Urbano e Regional (PROPUR/UFRGS), gperseu@hotmail.com.

³ Doutora em Urbanismo e Ordenação do Território (Universitat Politècnica de Catalunya), docente e pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PROPUR/UFRGS), daniele.caron@ufrgs.br.

Pontos de partida

Certeau (2014) traz duas figuras que nos provocam a pensar as facetas da experiência urbana. De um lado, a cidade vista de cima, de sobrevôo, ou a partir do alto dos grandes arranha-céus nova-iorquinos: uma cidade vivida de longe; afeita às práticas de um planejamento afastado da escala do cotidiano. Desde um ponto de vista celeste, a cidade responde ao que o autor chama de *ficção* ou *erótica do saber* — vista e compreendida desde uma distância tal que os detalhes, confrontos, memórias e multiplicidades aparecem senão como borrões ao fundo. A outra figura, por contraponto, é a cidade vivida como um labirinto por quem, no nível do solo, percorre suas entranhas e se depara com o inesperado a cada esquina. Essa cidade é aquela que se revela e se configura a partir da experiência cotidiana; é aquela em que a multiplicidade de seres e formas de compor a paisagem se dão de forma sempre política, posto que disputada. Essa é a dimensão da cidade vivida, da experiência enquanto ato (ainda) irrefletido.

Olhar de perto e/ou de dentro, além de cima e de fora, costuma ser condição de possibilidade para pesquisas urbanas que desafiam as normas tradicionais e vigentes da prática científica. Como ciência pautada na Modernidade, o Urbanismo oferece uma compreensão da cidade a partir de um espaço neutro, um tempo sincrônico e uma existência humana universal (Certeau, 2014, p. 160). Como tal, deve ser racionalmente organizada por esquemas que reduzem a complexidade do seu conjunto a um sistema de dados que não admite sujeitos, e sim usuários. Múltiplas são as leituras e abordagens de investigação do espaço das cidades e das formas de vida dos seres que as constroem e que nelas habitam. Se, por um lado, há linhas de estudo que enfatizam um olhar “de fora e de longe” para o fenômeno urbano (MAGNANI, 2002), é preciso que se possa atentar, justamente, à dimensão da experiência cotidiana, com vistas à adoção da diferença enquanto princípio político (RANCIÈRE, 2014), cidadão e democrático. Isso significa rever a própria prática de pesquisa em estudos urbanos, compreendendo-se, aí, que quem pesquisa as cidades, as formas de construir cidades, a vida nas cidades e os sentidos daquilo que nos acontece em cidades, o faz a partir de alguma localização; que participa dos próprios fenômenos investigados, não partindo, destarte, de uma posição neutra ou imparcial.

Procuramos, com este artigo, ensaiar como a paisagem, enquanto categoria de apreensão (CARON, 2017; PERSEU, 2022) do mundo em que vivemos, pode ser uma ferramenta política, na medida em que trata da expressão de diferentes formas de vida que compõem o mundo social. Ao ser empregada para investigar o espaço em seu aspecto sensível, pensemos, a paisagem se apresenta como forma de operar o que se oferece à visibilidade e o que é relegado à invisibilidade nas culturas humanas. E, nesse sentido, está intrinsecamente vinculada ao conceito de território enquanto terreno de disputas no e pelo espaço.

Se a paisagem trata das relações entre sujeitos e territórios — se expressa, enquanto fenômeno sensível, essa relação —, nela é possível identificar processos de subjetivação, de produção de práticas, discursividades, sentidos e formas de percepção, motivados por interesses e exercícios de poder. Estes, produzidos de forma modelizada pelos dispositivos difusos de uma atualidade neoliberal, podem ser explicados através da ideia de *Modernidade Tardia*, discutida por Augustin Berque (1998; 2011; 2013) e/ou de uma *ordem capitalística da vida*, preconizada por autores como Félix Guattari e Suely Rolnik (2010). Se a paisagem é uma ferramenta para dizer do mundo, ela expressa as diferentes formas (culturais, históricas, geográficas etc.) de habitá-lo e significá-lo.

A ideia de paisagem que nos interessa discutir se estabelece em pares: para configurar desenvolvimento, algo deve ser classificado como atraso; para haver segurança, alguém deverá ser encarcerado; para haver espaços urbanizados e consumíveis, populações

inteiras deverão ser removidas. As paisagens que configuram o mercado global de imagens (MUÑOZ, 2003; 2004) do mundo financeirizado (ROLNIK, 2019) são pautadas pelo apagamento de territorialidades originárias, periféricas, cotidianas; paisagens que abrigam esse imenso outro, essa imensa outra, racializada, empobrecida e destituída do direito e acesso à cidade.

Nessa perspectiva, como pensar a cidadania? Se o território é disputa desigual de poder, se as territorialidades de direito foram, e ainda são, sistematicamente desestabilizadas pela ordem neoliberal e capitalística, não parece haver possibilidade para que se cultive o pertencimento. Esse é possível na identificação com o território, ainda que a paisagem, muitas vezes, já tenha se transformado em outras cenas.

Do ponto de vista do pertencimento, quando uma territorialidade é devastada, deslocada e/ou suprimida, a transformação da paisagem pode ser entendida como violência. Em um processo de exclusão de territorialidades, se dá a espoliação do direito de pertencer: a paisagem deixa de expressar esse pertencimento para acomodar lógicas alheias, exógenas, banalizadas. A cidadania é exercida quando existe condição para o pertencimento e visibilidade dos sujeitos, grupos e /ou comunidades no território. A visibilidade pode ser pensada como reconhecimento desse pertencimento: ao pertencer torna visível sentidos e significados convocados pelos meus modos de viver o mundo. A cidadania não pode ser exercida em processos de espoliação do território, da memória, do direito de existência. Por isso é imperativo interpelar a paisagem em sua dimensão política, enquanto expressão desses apagamentos e espoliações que, de tão comuns, tornaram-se regra.

Como contribuir para uma discussão que já se vem consolidando há décadas, ao passo que a existência humana continua a engendrar desafios para a manutenção das paisagens do mundo? Arriscamos que seja preciso tensionar o conceito de paisagem para, a partir dele, visibilizar e desnaturalizar as formas capitalísticas de produção do social. Nossa aposta é discutir a potência política da paisagem. Acreditamos que seja necessário estabelecer uma discussão mais ampla acerca do conceito, situando tal abordagem em um plano conceitual mais abrangente. Este trabalho é senão um pequeno esforço em meio às tantas discussões acerca da paisagem e de suas possibilidades de operar espaço, tempo e existência. Desta forma, apresentamos algumas abordagens da paisagem que contribuem para uma operacionalidade crítica do conceito e uma interpelação da sua dimensão política. A partir daí, procuramos tomar posição em meio às múltiplas formas de trabalho com a paisagem na contemporaneidade. Procuramos, enfim, e por meio de uma discussão acerca da configuração de imagens hegemônicas para as paisagens de orla de Porto Alegre/RS, estender a discussão ao campo do Urbanismo e do Planejamento Urbano e Regional. E, dessa maneira, defender uma abordagem crítica da paisagem como possibilidade de desestabilizar a produção urbana pautada pela universalização dos sujeitos sociais, e de abrir espaço-tempo para existências liminares que lutam por existência.

Se o mundo urbano é múltiplo, polifônico, polissêmico e eminentemente disputado, é preciso que possamos encará-lo a partir da diferença, encarada, aqui, como um princípio político de cidadania. Atentemos, assim, para a necessidade de olhar o mundo por dentro, pelas entranhas, pelas diferentes formas de existência e experiência. Pensemos, assim, que, para para operar o urbano por dentro é preciso uma boa dose de paisagem.

A paisagem como projeto da modernidade

Quem diz “paisagem”, muitas vezes, quer dizer “o que está fora” ou, no extremo, “o que se vê ao longe”. Animamo-nos, sob outra perspectiva, em encarar a paisagem como um convite a desnaturalizar seres e mundo como categorias em oposição. A gênese desse conceito — que passou a integrar o vocabulário comum a partir da modernidade europeia (MADERUELO, 2005) — anunciava-se em diversas expressões culturais renascentistas⁴. Não deixa, sem embargo, de evocar certas noções do mundo antigo⁵. Ecoamos o assombro de Berque (2013) ao perguntar: como a produção de paisagens notáveis por parte de culturas originárias não-europeias e/ou pré-renascentistas pode ter dado lugar a uma tragédia social, ambiental e ecológica sem precedentes?

Anne Cauquelin introduz a obra “A invenção da paisagem”, de 2007, discutindo como a invenção da perspectiva renascentista europeia modulou a subjetividade e a percepção dos sujeitos, instaurando modos de ver no ocidente que se perpetuam. A filósofa trata da naturalização da paisagem como cenário idílico, como se fosse gerada a partir de um olho que capta as imagens fora de si, defendendo que essas imagens somente são fundadas a partir de uma cultura. Discute essa espécie de ordem que se instaura como realidade, deslocando a natureza para o lugar do artifício. Um artifício que se constitui como moldura por gerações de olhares, orientados pela Modernidade enquanto um projeto.

A questão chave que aparece como perspectiva crítica é que esse modelo, compreendido como a própria ideia e conceito de paisagem, nada mais seria do que a convergência “de projetos que tinham atravessado a história, obras que se apoiavam umas às outras até formar esse conjunto coerente na diversidade e que conferiam ao espetáculo a evidência de uma natureza” (CAUQUELIN, 2007, p. 26-27). Seria o peso dessa legitimidade originária o que obstaculiza reconhecê-la como relação em aberto, prenhe de dobras que abrigam memórias múltiplas? Se a ideia de paisagem foi, também, um projeto da modernidade com séculos de preparação, sua desnaturalização — enquanto forma simbólica universal e universalizante — será necessária para que desdobrems aquilo que vem sendo construído como evidência de mundo.

Sob tal perspectiva, refletir acerca de como dito projeto incidiu, e ainda incide, na invisibilização de paisagens de dor e de destruição, implica atenção ao afastamento do ser humano, em grande medida, de uma ética planetária de cuidado com a outra, com o outro, com a não-humanidade e com a própria natureza.

Ouvimos falar, há, pelo menos, três décadas, sobre uma caminhada a passos largos para catástrofes a nível global, e nem mesmo os constantes relatórios do PNUD ou do IPCC parecem suscitar qualquer mudança significativa para reverter a situação. A uma cegueira generalizada acerca de um destino comum da humanidade, Dardot e Laval afirmam: “na realidade, vivemos a tragédia do não comum” (2017, p.14, grifo original). Referem-se, assim, aos confinamentos de dirigentes econômicos e políticos às lógicas de competição mundial do capitalismo neoliberal, que, ano após ano, falham em dar resposta aos processos em curso.

⁴ Teria surgido na pintura holandesa de meados do século XV, passando para a Itália, onde a demorada elaboração das leis de perspectiva afetaria, irreversivelmente, a percepção social do mundo (CAUQUELIN, 2007, p. 35-36).

⁵ Donadieu e Périgord (2007) discutem dois pontos de partida para uma compreensão etimológica da paisagem: uma latina, *pagus*, e outra anglo-saxônica, presente nos sufixos *land* e *scape*, com variações em diversas línguas. Holzer (1999, p.153) discute uma raiz latina ainda anterior, a partir do francês “*pays*”, que “na Idade Média francesa significava simultaneamente habitante e território”. Tanto na acepção latina quanto na anglo-saxônica, a paisagem nos parece remeter às imbricações entre sociedade e espaço, entre sujeito e mundo.

Apesar da catástrofe de nossas paisagens: das queimadas, dos alagamentos e dos escombros; das marginalizações, das desigualdades e dos negacionismos; jamais a produção de modelos e de teorias sobre a paisagem foi tão profícua quanto nos dias de hoje. Arriscamos, também na esteira de Berque (2013), que esse excesso de teoria seja sintomático de um mundo intensamente ocupado de sua própria ruína. Diz o autor:

Nunca houve tanto diálogo sobre a paisagem quanto como em nossa era; nunca tivemos tantos arquitetos da paisagem (no sentido de profissionais da paisagem); nunca houveram tantos livros publicados sobre a paisagem (este é mais um). Em suma, nunca houve tal florescimento da teoria da paisagem ... e nunca nossas paisagens foram tão devastadas (BERQUE, 2013, p.3, tradução nossa)⁶.

E também:

Seja no Sahel, seja nos nossos subúrbios, a urgência com que nos deparamos de reencontrar a medida do mundo ambiente confere um valor epistêmico e prático sem precedentes à paisagem; porque é antes de mais [nada] na paisagem que se exprime o sentido da nossa relação com a extensão terrestre. A paisagem não é somente a superfície das coisas; é, pelo contrário, essencial à própria existência da sociedade, porque através do sentido das coisas motiva os seres humanos a habitarem em conjunto (BERQUE, 2011, p.198).

É preciso insistir na paisagem, mesmo — e principalmente — em meio à sua derrocada, atentando para os efeitos e para as possibilidades da vida humana sobre a superfície terrestre. Berque (2013) estabelece uma distinção, que julgamos pertinente explorar logo de largada, entre o conceito de paisagem e a paisagem como forma de pensamento. O autor propõe a expressão “pensamento paisageiro” para dar conta da paisagem como expressão cultural desenvolvida ao habitar e trabalhar a Terra. O pensamento sobre a paisagem, por sua vez, dá-se ao atentar para o que se faz desse mundo (sensível) a partir de conceitualizações sobre o espaço. Discute, ainda, alguns critérios para que se possa “[...] falar advertidamente sobre a paisagem com relação a essa ou aquela cultura” (BERQUE, 2013, p.31)⁷. Os critérios são compostos pela existência de:

(1) literatura oral ou escrita elogiando a beleza de um local, o que pode incluir (1b) toponímias (em francês, por exemplo, Bellevue, Mirabeau, Beloeil etc.); (2) jardins ornamentais; (3) arquitetura projetada para apreciação de belas vistas; (4) pinturas representando o ambiente; (5) uma ou mais palavras para dizer “paisagem”; e (6) reflexões explícitas sobre “a paisagem” (BERQUE, 2013, p.31, grifos nossos, tradução nossa)⁸.

⁶ *Never has there been so much talk about landscape as in our era; never have we had as many landscape architects (in the sense of landscaping professionals); never have there been so many books published reflecting on landscape (this is one more of them). In short there has never been such a flourishing of landscape theory... and never have landscapes been so devastated*”.

⁷ “[...] talk advisedly about landscape in relation to this or that culture”.

⁸ “(1) written or oral literature praising the beauty of the site, which includes (1b) toponymy (in French, for instance, Bellevue, Mirabeau, Beloeil, etc.); (2) ornamental gardens; (3) architecture designed to enjoy beautiful views; (4) paintings representing the environment; (5) one or more words to say ‘landscape’; and (6) explicit reflections on ‘the landscape’”.

Fica evidente o caráter comunicativo da paisagem, na medida em que se expressa por meio de múltiplas materialidades. Estas, resultantes de diferentes modos de ser e de fazer, são tão diversas quanto a palavra falada ou escrita; as formas de dizer e de consagrar o espaço; as expressões artísticas e arquitetônicas oriundas da contemplação e da elaboração cultural dos espaços de vida. Se para algumas correntes filosóficas, como o idealismo ou o racionalismo, os sentidos apresentam-se como obstáculos ao conhecimento, a paisagem como forma de pensamento e, portanto, de práxis coletiva intimamente atenta ao mundo sensível, convoca-nos à compreensão da experiência como ponto de partida. As diferentes formas de vida e de experiência vão configurando, assim, verdadeiras constelações de sentido, que percorremos e reescrevemos cotidianamente e que, em contrapartida, também nos percorrem e reescrevem. A paisagem vai sendo constituída, dessa forma, como palimpsesto: complementada e atualizada, ou mesmo apagada e rasurada pela sucessão das formas de habitar e de construir que se vão contrapondo, coexistindo e, em diferentes níveis, resistindo.

A paisagem em perspectiva crítica nos estudos urbanos

Nos estudos urbanos, a paisagem é um conceito amplamente discutido e apresenta, mesmo nos dias de hoje, diversos significados e abordagens possíveis de trabalho. Se, por um lado, falar em paisagem implica o reconhecimento da polissemia do conceito⁹ (tanto no senso comum como na literatura), por outro, possibilita abrir diálogos entre distintas disciplinas e campos de conhecimento. Nesse sentido, Ingold (1993) propõe que a antropologia cultural, a antropologia biológica e a arqueologia façam parte de um mesmo esforço intelectual, baseado na paisagem como forma de entrever a passagem de tempo e os processos de vida que a foram — e vão — configurando. A paisagem pode ser vista, assim, como ponto de contato entre diversas disciplinas¹⁰ e contribui para a construção dos estudos urbanos como campo inter e transdisciplinar.

O surgimento da paisagem em contexto acadêmico tem como precedente a Geografia da primeira metade do século XVIII, cujo interesse, segundo Coelho (2011), residia nos aspectos morfológicos do espaço, levado a cabo de forma descritiva por meio da elaboração de gravuras.

Segundo Holzer (1999), é apenas no início do século XX que a Geografia se consolida como ciência, momento em que surge o conceito acadêmico de paisagem. Suertegaray (2001) aponta essa categoria, tanto quanto o território, o lugar e o ambiente, como conceito balizador do campo da Geografia. A paisagem apresenta-se, assim como uma perspectiva metodológica para investigação do espaço geográfico. Ainda segundo a autora, sua adoção engendra discussões acerca das relações entre natureza, sociedade, tempo e espaço, que vão sendo revisitadas pelo campo ao longo do tempo (SUERTEGARAY, 2001).

Verdum, Vieira e Pimentel (2016, p.132) compreendem, de forma contemporânea, que a paisagem seja “um sistema aberto, como um conceito complexo ao qual estão relacionados aspectos do meio, econômicos e culturais em constante interação e transformação”. Discutem, assim, algumas investigações em campos como a Geografia, o Planejamento Urbano e Regional, o Turismo e as Artes. Neles, a paisagem

⁹ Sobre a multiplicidade de sentidos da paisagem, ver: MEINIG, D. The Beholding Eye: ten versions of the same scene. In: MEINIG et al. The Interpretation of Ordinary Landscapes. Oxford University Press: New York, 1979.

¹⁰ Citamos, como exemplos, algumas disciplinas que utilizam, dentro das epistemologias, objetos e métodos que lhes cabem, o conceito de paisagem: Antropologia, Arqueologia, Arquitetura, Artes, Biologia, Geografia, História, Planejamento, Sociologia, Turismo e Urbanismo.

aparece como categoria para apreensão do espaço, indo desde trabalhos técnicos voltados às questões ambientais, até a investigação de subjetividades implicadas na produção do espaço vivido. Propõem, assim, duas perspectivas de investigação, sendo elas: a paisagem concreta — ou em trabalho mais recente, “[a paisagem] enquanto materialidade” (VERDUM *et al.*, 2020, p.134) — e a paisagem como fenômeno, respectivamente. Ambos os trabalhos propõem que não haja necessidade por uma escolha categórica entre uma perspectiva ou outra, e sim que se tratem de formas, possivelmente conjuntas, de trabalhar uma realidade complexa.

Refutando a cisão entre mundos internos e externos¹¹, Berque (1998) propõe duas figuras que julgamos pertinentes para posicionar nossa postura com maior precisão: a paisagem-marca e a paisagem-matriz, ou as matrizes de percepção. A partir dessas, o filósofo desenvolve a ideia de que a paisagem se expressa a partir de uma relação dialética entre os sujeitos e os meios em que habitam. Para elaborar essa relação, constrói, ao longo de sua obra, a compreensão de um caráter trajetivo da realidade (ou, simplesmente, trajetória), em que afirma o meio humano e o ambiente físico como implicados um no outro, em uma relação de reciprocidade (HOLZNER, 2008, p.158).

Compreender a paisagem em sua concretude requer levar em conta as marcas que, ao longo do tempo, vão reconfigurando a superfície da Terra. A partir desses vestígios, podemos interpretar as múltiplas temporalidades que habitam a dimensão sensível do espaço. Não apenas as materialidades passam por transformações (adições, subtrações, preenchimentos e reações; formas de trabalhar a superfície), mas também as formas culturais de percebê-las, experimentá-las e comunicá-las. Raffestin (2005) contribui com a discussão ao explorar o papel do desejo na mediação do fenômeno da paisagem, contribuindo para a constante transformação do perceber e das subjetividades.

A paisagem, assim, é marca, pois é morfológica, e pode ser interpretada a partir das formas com as quais nos deparamos ao percorrê-la. Também é matriz, pois expressa os modos de vida, as maneiras de perceber e as formas de significar a experiência. Por fim, a marca expressa a matriz e a matriz expressa a marca, na medida em que o construir e o habitar terrestres se dão de forma contínua e duplamente implicada.

Dito isso, a postura aqui adotada aproxima-se mais da paisagem como fenômeno, interessando-nos trilhar um caminho investigativo entre a construção formal da cidade e as subjetividades imbricadas na produção das paisagens urbanas da contemporaneidade. Tal perspectiva é explorada com maior profundidade em trabalhos como os de Raffestin (2005), Coelho (2011) e Caron (2017), sendo trabalhada aqui com vistas a abordar a dimensão da “percepção carregada de memórias e referências culturais por parte dos sujeitos que vivem e transformam o território” (CARON, 2017, p.121, tradução nossa)¹².

Ingold (1993) estabelece uma relação direta entre paisagem e experiência ao contrapor os conhecimentos do caçador *expert* e do noviço em relação às feições da Terra. Estas vão sendo apreendidas a partir das práticas da própria paisagem: arriscar(-se) para aprender(-se). Da mesma forma que o caçador passa pela experiência da paisagem para exercer sua atividade com mais confiança, também o fazem os seres urbanos, que desenvolvem conhecimentos acerca da localização de serviços e amenidades,

aprendem a transitar pelos diferentes modais de transporte com fluência e fazem escolhas de trajeto de acordo com diversos parâmetros, antes inexistentes. A paisagem urbana, assim, é apreendida e transformada, cotidianamente, a partir da própria dimensão da experiência-vivida-e-transmitida: das práticas e das discursividades que configuram a cidade em sua multiplicidade de sentidos, em oposição às terraplenagens e aos apagamentos semânticos que se dão em ordem macropolítica. Ingold (1993) conceitua a paisagem como a própria dimensão de envolvimento dos sujeitos com os territórios. A paisagem, para ele, apresenta-se de forma temporal, não exclusivamente cronológica, e articula, no presente, as diversas temporalidades implicadas na sua formação. Reitera:

[...] a paisagem funciona como uma memória resistente – e testemunha - das vidas e trabalhos de gerações passadas que a habitaram, e que, fazendo isso, deixaram ali algo de si mesmas. (INGOLD, 1993, p.1, tradução nossa)¹³.

Segundo Caron (2017), a paisagem passou a compor o vocabulário do planejamento municipal brasileiro com maior proeminência a partir da instauração da Constituição Federal de 1988. Os planos diretores desse período, assim como outros instrumentos de ordenação territorial, segundo a autora, passaram a expressar a ambiguidade da justaposição de temas como a participação e a inclusão social, oriundas da então recente Reforma Urbana a nível nacional, com as demandas mercadológicas incorporadas pelo planejamento estratégico.

Nesse cenário, a paisagem foi sendo incorporada ao campo do planejamento de forma a priorizar as qualidades visuais e cênicas de determinados pontos de interesse das cidades brasileiras (CARON, 2017). Essas localizações, definidas tanto pelos saberes técnicos (patrimonial, ambiental, urbanístico etc.) como pelas vontades do mercado imobiliário, comparecem de forma pontual e descontínua na apreensão do território, além de, ainda, pouco voltadas aos processos de vida da população. A paisagem passa, assim, a ser apropriada e objetificada por um *modus operandi* normativo e prescritivo que, ao apagar as diferenças, esfacela-a enquanto fenômeno (CARON, 2017).

A busca por uma operatividade do conceito geralmente reduz a paisagem a apenas uma de suas partes componentes; a esfera física, concreta e visual de um território. A parte sensível, referente à percepção carregada de memórias e referências culturais por parte dos sujeitos que vivem e transformam o território fica em segundo plano (CARON, 2017, p.121, tradução nossa)¹⁴.

Mesmo com todos os desafios implicados na inclusão da paisagem em instrumentos de ordenamento, compreendemos, assim como Pizzo (2007) e Caron (2017), que é preciso insistir nessa categoria de apreensão como uma perspectiva metodológica de abordagem da experiência urbana ordinária e das demandas de diferentes grupos sociais que coabitam a urbe.

Se as paisagens do globo expressam a catástrofe crescente dos agenciamentos do capital sobre os modos de vida, acreditamos que uma atenção ao fenômeno da

13 “[...] the landscape is constituted as an enduring record of - and testimony to - the lives and works of past generations who have dwelt within it, and in so doing, have left there something of themselves.”

14 “La búsqueda por una operatividad del concepto, generalmente reduce el paisaje a apenas una de sus partes componentes; la esfera física, concreta y visual de un territorio. La parte sensible, referente a la percepción cargada de memorias y referencias culturales por parte de los sujetos que viven y transforman el territorio, queda en segundo plano.”

11 À qual chama de Paradigma Clássico Ocidental — *Classic Western Paradigm*, ou CWP.

12 “[...] cargada de memorias y referencias culturales por parte de los sujetos que viven y transforman el territorio.”



paisagem e às formas habitativas por ele expressas seja uma forma de visibilizar e, ulteriormente, desnaturalizar a produção de paisagens urbanas tal qual se vem desenhando. Buscamos, destarte, operar a paisagem enquanto fenômeno, na medida em que nos interessa investigar não apenas os modos de produzir a cidade formal, mas também os modos de produzir subjetividades urbanas em um contexto neoliberal e informacional.

Buscando investigar a paisagem em seu aspecto subjetivo, adotamos uma perspectiva narrativa de estudo, partindo, para tanto, de algumas proposições desenvolvidas por Caron (2017) e exploradas ao longo de alguns de nossos trabalhos subsequentes (CARON; CARVALHO; PERSEU, 2018; PERSEU; CARON, 2019; CARON et al., 2020; PERSEU; CARON, 2021; PERSEU, 2021), em que paisagem e narrativa são vistas como sistemas análogos de significação. No contato tópico entre o fenômeno da paisagem e a produção de narrativas, aparece a experiência enquanto mediação entre vida e conhecimento. Enquanto perspectivas de investigação, ambas se oferecem como possibilidades para abordar a realidade urbana a partir das subjetividades, e a relação entre ambas é adotada buscando-se contribuir para a recorrente discussão, no âmbito dos estudos da cidade, sobre o descompasso entre planejamento urbano (pensado por poucos) e práxis social (vivida por muitos).

Nossa proposição, assim, é de que a paisagem possa ser acessada, enquanto fenômeno, através de narrativas que dela dizem e que, ao dizer, configuram sujeitos, meios, tempos, espaços, formas de narração e personagens. Por outro lado, que a experiência narrativa seja uma experiência de paisagem por si só, articulada por diferentes mídias e tecnologias que coexistem e se retraduzem no cotidiano (DI FELICE, 2009). Mais do que isso, que olhar para a paisagem sob uma lógica narrativa signifique encarar seu caráter disputado, bem como as lógicas de subjetivação que produzem formas de significação à experiência da paisagem.

A orla sem margem

Uma miríade de discussões é travada, nos últimos anos e também há décadas, acerca de inúmeros projetos, propostas e planos para as orlas de Porto Alegre. Sobre estas incidem, historicamente, amplos interesses de mercado. Partindo de um interesse inicial por investigar os impactos de grandes projetos urbanos na paisagem de porção central das orlas da cidade (Centro Histórico e arredores), deparamo-nos, em tempo, com a questão das subjetividades e do desejo, tanto na ordem da paisagem-marca (as tipologias, os padrões construtivos, a produção formal), quanto das matrizes de percepção (as formas de perceber, de significar e de desejar) berquianas.

Operando a produção massiva de imagens dominantes de cidade estão as narrativas do *city marketing*, que vão reforçando versões de realidade aparentemente consensuais sobre a cidade que se quer. É no sentido de visibilizar e de desnaturalizar esses apaziguamentos, bem como de explorar suas formas de produção, que propomos trabalhar com as orlas da cidade enquanto loci privilegiados do planejamento neoliberal. Tal fenômeno é explorado em seu aspecto globalizado por Perseu (2021) a partir do fenômeno de urbanização proposto por Francesc Muñoz (2003; 2004) e Paese, Perseu e Mariano (2022), sendo trabalhado o conceito de cidade torta de Richard Sennett (2021).

Machado (2004, p.67) faz alusão à execução de aterros sucessivos sobre o Guaíba, uma prática que já se esboçava na cidade ao final do século XIX, intensificando-se no decorrer do século XX. Pautado pelo modernismo europeu, o Urbanismo de diversas cidades latino-americanas, à mesma época, era movido pela utopia de uma cidade que avança sobre a água, condizente com as então inéditas técnicas de aterramento (MACHADO, 2004).

Cabe, ainda, a colocação de Bohrer (2001, p.59) de que “os planos de Agache para o Rio de Janeiro e de Francisco Prestes Maia [...] para São Paulo, na década de 30”, são vistos como referências para os planos de remodelação urbana em diversas cidades brasileiras da época, incluídas aí as orlas portoalegrenses. As intervenções ao longo do século XXI, em contrapartida, são mais dispersas e fragmentárias. Optamos por um

Figura 1 - Localização de alguns projetos propostos para as orlas centrais de Porto Alegre no século XXI. Fonte: OMITIDO.



recorte espacial que vai da faixa entre a Usina do Gasômetro e o Pontal do Estaleiro, reconhecendo amplos interesses de mercado materializados em diversos projetos e propostas para a área. O século XXI aparece como recorte temporal de estudo, em um esforço por apreender a produção da paisagem contemporânea.

Na figura 1, salientamos algumas das intervenções urbanas — assim como seus estados de desenvolvimento — para as orlas centrais e arredores no século XXI. Há diversas intervenções, amplamente divulgadas e discutidas para a área, em processo de tramitação e mesmo de implementação. Trazemos como exemplos o projeto de revitalização do (a) Cais Mauá pelo Consórcio Viva Cais Mauá, que, mesmo tendo sido cancelado, ocupou a esfera pública municipal nos últimos anos; a posterior implementação do Cais Embarcadero, uma zona comercial inaugurada sem qualquer tipo de consulta pública no cais em plena pandemia; a reforma da (b) Usina do Gasômetro; a implementação do (c)(d)(f) Parque Urbano Orla do Guaíba (PUOG; trechos 1, 2 e 3); os (e) arredores do Arroio Dilúvio, nos quais foram construídos o Trend, um complexo de uso misto, e o Memorial Luís Carlos Prestes, de autoria de Oscar Niemeyer; o (g) Retrofit do Estádio Beira-Rio; a proposta do (h) Arranha-céu do Sport Club Internacional; a inauguração da (i) Fundação Iberê Camargo; a construção de complexo imobiliário no (j) Pontal do Estaleiro, e a construção do (k) BarraShoppingSul. Tais projetos vêm suscitando diversos conflitos na esfera pública, que nunca foi tão complexa ou envolveu tantos agentes.

Na figura 2, dispomos narrativas e trechos de narrativas com as quais nos deparamos ao longo do processo de investigação. Elas dizem do locus de estudo ao longo do século XXI, bem como de casos análogos e acontecimentos diversos. Essa montagem foi elaborada para pensar (e não, simplesmente, ilustrar) as orlas de Porto Alegre como oportunidades de exploração do fenômeno de inserção da paisagem urbana em um

mercado global de imagens (MUÑOZ, 2003; 2004) e em uma economia neoliberal de desejo (GUATTARI; ROLNIK, 2010). O procedimento formal, aqui, envolve o cruzamento de dois eixos. Na vertical, um eixo cronológico (timeline), que organiza as narrativas no tempo, de 2000 a 2021. Na horizontal, um eixo espacial orientado pela produção de um skyline do trecho entre a (b) Usina do Gasômetro e o (j) Pontal do Estaleiro, sendo posteriormente adicionados o (a) Cais Mauá, o (k) BarraShoppingSul e o (l) Residencial *Golden Lake*, como pontos expressivos da problemática desenvolvida no entorno imediato do recorte espacial preliminar.

As narrativas que dizem respeito às localizações ao longo dessa faixa estão salientadas em vermelho escuro. Em rosa, apresentamos referências de projeto, imagens urbanas e casos análogos. Em cinza, algumas referências de acontecimentos em Porto Alegre, no Brasil e no mundo. Algumas linhas em vermelho cruzam a composição e, através delas, buscamos compor um pequeno vocabulário da paisagem das orlas no século XXI a partir de nossas leituras e encontros com essas narrativas.

Algumas dessas palavras, como “*Shopping Centers*”, “*Rodas Gigantes*”, “*Arranha-céus*”, “*Retrofits*”, “*Revitalizações*” e “*Empreendimentos*”, remetem a tipologias construtivas e ações típicas do planejamento urbano vigente. Outras, como “*Espetacularização*”, “*Mercantilização*”, “*Indiferença*”, “*Homogeneização*” e “*Gentrificação*”, dizem de alguns sintomas que nos ocorrem ao olhar para as imagens em conjunto. Outras, ainda, como “*Melhoria*”, “*Lucro*” e “*A Cidade Vira as Costas para a Água*” parecem compor estratégias discursivas para defender as intervenções em questão.

Nosso interesse por trabalhar com as orlas de Porto Alegre enquanto loci de estudo não parte somente do reconhecimento de sua importância e de seu protagonismo na história e no imaginário urbanos. Visadas por amplos interesses de mercado e ações

Figura 2 - Montagem “Orlas de Porto Alegre: das disputas pelos sentidos da paisagem à configuração de regimes de pertencimento”. Fonte: OMITIDO.

do planejamento estratégico neoliberal, compreendemo-las como oportunidades para investigar subjetividades e processos de subjetivação implicados na produção de paisagens urbanas da contemporaneidade.

Considerações

Neste artigo, buscamos discorrer sobre o conceito de paisagem e também sobre as paisagens em que vivemos. Discutimos a multiplicidade da paisagem como perspectiva de trabalho, passando a defender a adoção, no contexto do presente estudo, da paisagem como fenômeno (CARON, 2017; VERDUM et al., 2020). Essa, expressando relações (da ordem do sensível, do intersubjetivo, do político) entre sociedades e os espaços que habitam, ajuda-nos a operar uma aproximação teórico-conceitual entre a produção massificada — e ulterior consagração — de determinadas narrativas e imagens de cidade, e a produção macropolítica de subjetividades como forma de controle dos modos de experiência, percepção e atribuição de sentido. Tais regimes operam modulações e achatamentos tanto na dimensão da paisagem-marca (BERQUE, 2013), sendo consagradas as imagens urbanas e as formas de construir do poder vigente, quanto nas matrizes de percepção (BERQUE, 2013), sendo modelizadas as formas de experiência, de percepção, de atribuição de sentido e de comunicação. Discutimos, assim, as orlas de Porto Alegre como paisagens cujos significados estão em constante disputa na esfera pública e sobre as quais incidem vontades do mercado financeiro global. Essas vontades se expressam na ordem do sensível e, portanto, dizem respeito à categoria da paisagem. Interessa-nos, a partir de tal colocação, explorar não apenas as formas específicas de produção das paisagens de orla de Porto Alegre, mas também processos de modulação subjetiva envolvidos na produção de paisagens urbanas em uma contemporaneidade neoliberal marcada, em grande medida, pela infiltração das tecnologias de informação e comunicação no cotidiano.

Referências

- BERQUE, A. Paisagem-marca, paisagem-matriz: elementos da problemática para uma geografia cultural. In: CORRÊA, R.L.; ROSENDAHL, Z. (orgs.). *Paisagem, tempo e cultura*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.
- BERQUE, Augustin. A ecúmena: medida terrestre do Homem, medida humana da Terra. In: SERRÃO, Adriana Veríssimo. *Filosofia da paisagem*. Uma antologia. Lisboa, Portugal: Vniversitas, Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2011, p.187-199.
- BOHRER, M. D. *O Aterro da Praia de Belas e o Aterro do Flamengo*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) — Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2001.
- BERQUE, A. *Thinking Through Landscape*. New York: Routledge, 2013.
- CARON, D. *El estudio del paisaje como clave interpretativa del territorio através de las narrativas para la planificación urbana y territorial. Paraty, Rio de Janeiro/ Brasil como caso de estudio*. Tese (Doutorado em Urbanismo e Ordenação do Território) — Escola Tècnica Superior d'Arquitectura de Barcelona, Universitat Politècnica de Catalunya. Barcelona, 2017.
- CARON, D.; CARVALHO, P.; PERSEU, G. M. Coreografar a paisagem: a multidimensionalidade requerida pelas cartografias contemporâneas. *Revista Arcos Design*, v. 11, 2018.

CARON, D. et al. Visibilizar as Narrativas de Rua: a dimensão pública da paisagem de Porto Alegre em questão. In: Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, 18., 2019, Natal. *Anais XVIII ENANPUR*. Natal: EDUFERN, 2019. Disponível em: <doi.org/10.29327/114644.39-1>. Acesso em 25 de outubro de 2021.

CARON, D.; ISOPPO, R.; SILVA, K.; PERSEU, G. Narrativas à margem: deslocar epistemes para uma metodologia do comum. *VIRUS*, São Paulo, n.20, julho, 2020.

CAUQUELIN, A. *A Invenção da Paisagem*. São Paulo: Martins, 2007 [2000].

COELHO, L. C. *Revelando a paisagem através da fotografia: construção e aplicação de um método*. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) — Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2011.

DARDOT, P.; LAVAL, C. *Comum: ensaio sobre a revolução do século XXI*. São Paulo: Boitempo, 2017.

DI FELICE, M. *Paisagens pós-urbanas: o fim da experiência urbana e as formas comunicativas do habitar*. São Paulo: Annablume, 2009.

DONADIEU, P.; PÉRIGORD, M. *Le paysage*. Paris: Armand Colin, 2007.

GUATTARI, F.; ROLNIK, S. Subjetividade e História. In: GUATTARI, F.; ROLNIK, S. *Micropolítica: cartografias do desejo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010[1986].

HOLZER, W. Paisagem, imaginário, identidade: alternativas para o estudo geográfico. In: CORRÊA, R.L.; ROSENDAHL, Z. (orgs.). *Manifestações da cultura no espaço*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999.

HOLZER, W. A trajeção: reflexões teóricas sobre a paisagem vernacular. In: ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R.L. *Espaço e cultura: pluralidade temática*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2008. p.155-172.

INGOLD, T. *The Temporality of Landscape*. In: *World Archaeology, Aberdeen*, v.25, n.2, p.152-174, 1993.

MACHADO, A. S. A borda do rio em Porto Alegre: arquiteturas imaginárias, suporte para a construção de um passado. *Arqtexto*, n. 5, 2004. p. 66-81.

MADERUELO, J. *El Paisaje: génesis de um concepto*. Madrid: Abada Editores, 2005.

MAGNANI, J. G. C. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. 17 (49), junho de 2002.

PAESE, C.; PERSEU, G.; MARIANO, G. *Construir o Sul, Habitar o Norte: orlas urbanas como formas de expressão de um mundo globalizado*. PIXO – Revista de Arquitetura, Cidade e Contemporaneidade. V. 6, n. 21, 2022. P. 402-419.

PERSEU, G. M.; CARON, D. Cidade Postada: experiência urbana e o Instagram. In: *REUNIÃO DE ANTROPOLOGIA DO MERCOSUL*, 13., 2019, Porto Alegre. Anais da XIII Reunião de Antropologia do Mercosul. Porto Alegre: UFRGS, 2019. Disponível em: <ram2019.sinteseeventos.com.br/trabalho/view?ID_TRABALHO=3081>. Acesso em 27 de novembro de 2019.

PERSEU, G. *Cidade, Modos de Postar: paisagens de orla de Porto Alegre em narrativas online no século XXI*. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional). Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2021.

PERSEU, G.; CARON, D. Paisagem em Feed: aportes para uma abordagem narrativa da experiência urbana online. In: VERDUM, R.; VIEIRA, L.F.S.; SILVA, L.A.P.; GASS, S.L.B. (orgs.) *Paisagem: leituras, significados, transformações*. Porto Alegre: Editora Letra1, 2021, v.2. doi: <https://doi.org/10.21826/9786587422114>

PIZZO, B. *La costruzione del paesaggio*. Quaderni del Dipartimento Interateneo de Pianificazione Territoriale e Urbanistica. Roma: Officina Edizione, 2007.

RAFFESTIN, C. *Dalla Nostalgia del Territorio al Desiderio di Paesaggio*. Firenze: Alinea Editrice, 2005.

RANCIÈRE, J. *Nas Margens do Político*. Lisboa: KKYM, 2014.

ROLNIK, R. Paisagens para a renda, paisagens para a vida. *Revista Indisciplinar*, Belo Horizonte, v. 5, n. 1, p. 18-45, jul-out 2019.

SENNETT, R. *Construir e Habitar: ética para uma cidade aberta*. Rio de Janeiro: Record, 2018.

SUERTEGARAY, D. Espaço geográfico uno e múltiplo. *Scripta Nova. Revista Electrónica de geografía y Ciencias Sociales*. N. 23. Barcelona: Universidad de Barcelona, 2001.

VERDUM, R.; VIEIRA, L.; PIMENTEL, M. As múltiplas abordagens para o estudo da paisagem. *Espaço Aberto*, UFRJ, v.6, n,1, p.131-150, 2016.

VERDUM et al. As Cartografias do Pagus que se entrelaçam em suas narrativas multidisciplinares. In: REGO, N.; KOZEL, S.; AZEVEDO, A. F. *Narrativas Geografias e Cartografias: para viver é preciso espaço e tempo*. Porto Alegre: IGeo/UFRGS: 2020.